



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

DANIELE RODRIGUES MAFRA ALVES

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ESPAÇOS MUSEAIS:

Uma análise sobre a história colonial nas mediações do Museu de Arte Sacra e Forte do
Castelo

BELÉM – PA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

DANIELE RODRIGUES MAFRA ALVES

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ESPAÇOS MUSEAIS:

Uma análise sobre a história colonial nas mediações do Museu de Arte Sacra e Forte do
Castelo

Pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão
de Curso no curso de Licenciatura em História
na Universidade Federal do Pará

BELÉM — PA

2025

RESUMO

Atualmente, sabe-se que os museus são frequentemente visitados pelo público, mas nas últimas décadas há outro público que tem se tornado grande frequentador: os grupos escolares. Sendo assim, é necessário que haja o estudo acerca de como o público escolar é recebido nos espaços e como o monitor museal e também o professor abordam o acervo ali presente.

A pesquisa teve como objetivo o estudo acerca de como os monitores são preparados para realizar a mediação acerca da história colonial para grupos de escola nos museus do Forte do Castelo e Museu de Arte Sacra em Belém do Pará e como os professores também se preparam previamente para as visitas em museus — tendo em vista que o professor também possui papel fundamental nas visitas. O estudo teve como metodologia a pesquisa de autores como Circe Bittencourt, Denise Schaan, Leonardo Rocha e outros, além da aplicação de entrevistas.

Palavras-chave: História Colonial, Museus, Ensino de História, Mediadores, Professores de História, Grupos Escolares.

INTRODUÇÃO

Os espaços museais são de fundamental importância para diversos setores sociais, tendo em vista o contexto histórico que é repassado por meio das visitas. Entretanto, um grupo social específico é fundamental e será aqui abordado: os estudantes da educação básica. Ou seja, os espaços museais e sua relação com o ensino de história.

A partir do século XX, houve uma reestruturação do currículo escolar enfatizando um ensino que retrate as camadas populares e minorias e que valorize a relação ensino-aprendizagem. No Brasil, a Constituição de 1988, ao reconhecer as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas, abriu caminho para outros olhares tanto nas escolas, quanto nos museus (Mello e Jesus, 2021, p. 605). Assim, para que a aprendizagem seja significativa, é necessário que o discente relacione o ensino com o seu cotidiano e cidade que vive — vendo que ali está uma história que influencia sua realidade

de vida —, além de compreender as especificidades acima citadas, e o contato com os museus auxilia essa relação.

Além disso, os acervos demonstram a importância da memória coletiva e como uma peça exposta pode ter sido um objeto particular mas que ainda assim esteve inserido em um contexto plural e que teve importância no contexto histórico. É fundamental que se reflita sobre (...) quais os sentidos da preservação de determinada memória e como essa memória se articula com as experiências e vivências do presente (Silva, 2010, p. 354). Sendo assim, os acervos museais se tornam fontes históricas com alto valor, onde o discente (e a sociedade em geral) visualiza de maneira próxima a relação espaço-tempo.

Tal importância se dá pelo fato de a escola possuir o dever do ensino-aprendizagem — apresentado, assim, o aluno ao conhecimento — e, por isso, os museus são imprescindíveis para mostrar ao discente o contexto histórico em que o mesmo está inserido.

Por conta disso, os museus se tornam imprescindíveis para o historiador e o professor. As visitas escolares são fundamentais e atualmente mais regulares; entretanto, nem sempre foi assim — gerando grande problemática. Por muitas décadas, o ensino de história foi atrelado somente à sala de aula, razão pela qual, em diversas vezes, o conteúdo programático escolar se tornou abstrato para crianças e adolescentes, baseado somente na leitura e memorização de conteúdos.

As lembranças de muitos alunos da História escolar e os livros escolares produzidos no século XIX indicam o predomínio de um método de ensino voltado para a memorização. Aprender história significava saber de cor nomes e fatos com suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiado nos cadernos. (BITTENCOURT, 2008, p. 67)

Entende-se, então, que a metodologia das aulas de História era repetitiva e decorativa, sem criticidade. Entretanto, esses “métodos tradicionais de ensino já estavam sofrendo sérias críticas e já não davam conta do ambiente de diversidade que se tornaram as escolas (Silva e Pacheco, 2021, p. 4). Portanto, no século XX houve reformulações curriculares que passaram a valorizar tópicos acerca de minorias e também visualizando métodos possíveis de aulas em espaços externos às escolas. As visitas escolares aos espaços museais se revelaram um método eficaz que possibilita o aluno ao ensino fora da sala de aula.

Para o estudo acerca desta temática, a pesquisa teve como bibliografia artigos e livros de pesquisadores como Circe Bittencourt, Denise Schaan, Leonardo Rocha, Patrícia Silva e Janaína de Mello e Patrícia de Jesus — a fim de compreender a história indígena, além das visitas em espaços museais e o ensino de história atrelado aos espaços. Ademais, a análise do tema trata-se de uma pesquisa qualitativa — devido à intenção de analisar criticamente as respostas que serão obtidas através das entrevistas. De acordo com (SILVA et al, 2006, p. 247), as características da pesquisa qualitativa são peculiares, pois “há imersão do pesquisador nas circunstâncias e no contexto da pesquisa e o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas”. Sendo assim, este método de pesquisa é imprescindível para visualizar os atores sociais como componentes fundamentais da história e de sua mediação nos espaços museais.

Além do mais, através do estudo resultante da análise de artigos e livros, foram realizadas pesquisas sobre a situação geral para, em seguida, analisar-se a situação dos museus de Belém, sobretudo o Museu de Arte Sacra e o Forte do Castelo (tendo em vista que realizei estágio como mediadora em ambos os lugares). Sendo assim, por lidar com os espaços museais e sua representação ao público, trata-se do estudo da História Cultural, que de acordo com o historiador José d’Assunção Barros:

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos. Por fim, a ‘matéria-prima’ cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as ‘visões de mundo’, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os ‘modos de vida’ relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as idéias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. Com um investimento mais próximo à História das Mentalidades, podem ser estudados ainda os modos de pensar e de sentir tomados coletivamente. (BARROS, p. 148, 2003).

Tendo em vista que pretendo analisar como o público escolar recebe a história representada no museu e também como é representada por pessoas que igualmente constituem a cultura, a perspectiva da história cultural é central para compreender a pesquisa.

A PRESENÇA DA HISTÓRIA NOS MUSEUS

Entende-se que, quando se trata de Amazônia, há uma tendência a se pensar na questão a partir da ocupação europeia na região; entretanto, é necessário refletir e entender como os povos indígenas viviam antes da invasão europeia e do contato com o colonizador.

Primeiramente, é importante ressaltar que a Amazônia foi marcada por uma complexa biodiversidade. Além disso, configurou-se como uma região constituída por uma diversidade de povos indígenas que se dividiam entre complexas atividades sociais e diversas vivências e cotidianos, possuindo diferentes fases em sua ocupação milenar. Em seu estudo, Denise Schaán cita o início da Era Cristã, que:

No início da Era Cristã, ocorre um aumento populacional na região, detectado principalmente pelo aumento do número de sítios, que crescem também em área e complexidade. Tais ocupações parecem ser mais densas e contínuas por produzirem maior quantidade de fragmentos de cerâmica, que, por sua vez, se complexificam em formas e decorações. (SCHAAN, 2009, p. 66)

Na citação, é possível visualizar a complexidade adquirida durante os séculos e a presença da cerâmica como presente no período acima citado.

A cerâmica, durante os diferentes séculos, variavam de acordo com a abundância das caças e cultivo e também estava imbricada à agricultura.

Tradicionalmente, arqueólogos associam o início da produção cerâmica ao desenvolvimento da agricultura, trabalhando com a premissa de que essa tecnologia – ligada à produção de vasos para armazenamento e cocção – permite o processamento mais efetivo de alimentos. (NEVES, 2006, p.47)

Ou seja, havia uma sociedade altamente complexa, com seus hábitos e cultura, contando com o uso da cerâmica – que estava fortemente presente em seus cotidianos. Relacionando-se ao tema, no Museu do Encontro (localizado no Forte do Castelo) há uma grande variedade de artefatos cerâmicos que contemplam a cultura marajoara e tapajônica – que ressaltam os rituais e as peças que faziam parte do cotidiano indígena (como os muiraquitãs, por exemplo).

Com tal variedade, é perceptível para os visitantes e, sobretudo os grupos escolares, como as cerâmicas eram fundamentais e parte essencial da cultura indígena. Nos espaços

museais, há grandes objetos de valor para a sociedade para que esta entenda sua origem e crie memórias, além de serem espaços culturais; sendo, por isso, considerados patrimônios culturais.

O Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

Portanto, os conjuntos de bens sobretudo amazônicos (sendo a Amazônia tema dessa pesquisa) são fundamentais para o entendimento dos fatos memoráveis do país e sua sociedade – como, por exemplo, a história indígena e os elementos que compõem sua cultura (como a cerâmica), além da colonização europeia e suas consequências.

Com isso, outro ponto fundamental da história que é abordado nos espaços museais é a chegada europeia em solo amazônico. A partir desse fato, houve uma drástica mudança na numerosa população nativa – que sofreu uma espantosa redução devido a motivos como a disseminação de doenças europeias entre os povos que aqui viviam, às capturas de escravos por meio das guerras indígenas e violência física.

Os indígenas foram massacrados e explorados diariamente por longas e demoradas décadas para que houvesse uma exploração dos bens naturais da terra (como as ervas, madeiras e outros gêneros da floresta), tendo em vista que sabiam como os manipular; com isso, houve uma imensa violência que resultou em conflitos, aprisionamentos, mortes e redução significativa dos indígenas Tupinambá, que aqui viviam.

A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes. (CARVALHO, HECK, LOEBENS, 2005, p. 239)

No entanto, é necessário salientar que houve agência indígena através de ataques, levantes e guerrilhas em prol da defesa de suas terras e contra abusos; além disso, a resistência indígena assumiu diversas formas e estratégias, que iam desde o confronto direto ou da guerra aberta até uma aceitação tácita da dominação, quando o contexto assim o exigia (CARVALHO, HECK, LOEBENS, 2005, p. 239). O ataque ocorrido em 1619 — onde

se reuniram para atacar do atual Forte do Presépio — que resultou na morte de seu líder Guaimiaba foi um grande exemplo de agência indígena.

Além disso, ainda houve o trabalho dos missionários para catequização dos indígenas, transformando completamente sua cultura e práticas. O papel dos missionários na Amazônia é outro tema amplamente abordado em outro museu em Belém e que é de grande importância também na academia: o Museu de Arte Sacra (MAS).

No MAS, há três espaços que compõem o Museu: a Igreja de Santo Alexandre, o espaço que contém o acervo de Santos e quadros no segundo andar e a galeria Fidanza. É importante ressaltar que inicialmente o espaço era apenas a Igreja, cuja construção foi iniciada nos anos 1650 e que era uma pequena ermida (pequena igreja onde residiam os jesuítas) — sendo apenas posteriormente inaugurada outra igreja e também o Colégio de Santo Alexandre.

No colégio, havia também as oficinas, onde os povos indígenas produziam as peças que hoje compõem o espaço do MAS e que são notavelmente produzidas por pessoas indígenas, como a imagem abaixo.

Imagem 1: Anjo Tocheiro. Escultura em madeira. Museu de Arte Sacra do Estado do Pará (autoria desconhecida).



Fonte: Daniele Alves, 2025.

Na imagem, é possível notar traços nativos que são perceptíveis no rosto (como as bochechas), corpo e até mesmo na forma que a imagem está apoiada (com uma perna apoiada no chão e outra em forma de descanso). Também, o anjo tocheiro possui vestimentas europeias e segura uma tocha, utilizada para ser o apoio das velas que iriam iluminar o local sacro. Sendo assim, é possível visualizar os elementos indígenas e sacros na escultura.

Desse modo, é possível abordar a história indígena nos dois museus (Museu de Arte Sacra e Forte do Castelo).

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ESPAÇOS MUSEAIS

O ensino de história no ambiente escolar é de indiscutível importância. Para que haja um ensino além da sala de aula, é necessário estratégias que vão além desse método tradicional — como por exemplo, as visitas aos museus.

Para isso, é necessário que os espaços museais sejam vistos para além de complementos disciplinares. De acordo com Leonardo Rocha (p. 36, 2017), o museu deve ser visto como uma instituição transformadora de significados e conhecimentos sociais e culturais para variados grupos de visitantes. Com isso, é necessário visualizar o museu como uma ocupação espacial que possibilita uma diferente dinâmica, favorecendo a interação social. Para tal fim, é necessário que os estudantes ali presentes não apenas copiem legendas ou descrições de acervos, mas sim que contribuam significativamente por meio da fala sobre suas experiências, pois obrigatoriamente se deve levar em conta as subjetividades ali existentes.

Isto é, além da subjetividade que cada discente carrega ao longo de sua vida, é importante considerar que também há a forma como cada indivíduo ali presente enxerga o acervo. Sendo assim, é importante que as visitas não sejam apenas guiadas pelas equipes museais educativas ou pelos professores sem que haja a participação ativa dos estudantes — pois se não, não haverá a troca de experiências e conhecimentos.

De acordo com Janaína de Mello e Patrícia de Jesus (p. 598, 2021), (...) um espaço que impulsiona discussões sobre esse sujeito/agente dentro de seu meio, a partir de elementos que sejam pertinentes à sua memória, identidade e história. Desse modo, constrói-se uma educação patrimonial que leva o indivíduo a entender os objetos no passado (como eram utilizados por homens e mulheres em seu cotidiano) e sua importância para a memória coletiva, além de os levarem a uma reflexão crítica.

Mas, para que haja a reflexão crítica, é preciso que o docente saiba trabalhar o espaço com os alunos. De acordo com Circe Bittencourt (p. 357, 2008), as visitas às exposições são condicionadas, invariavelmente, a um conhecimento por parte do professor dos conceitos básicos sobre museu, “lugar de memória”, e de seus objetos, entendidos como integrantes da cultura material, ou seja, como fruto do trabalho humano. Para que saiba trabalhar os conceitos museológicos relacionados ao acervo do museu visitado, ele necessita estudá-lo, além da devida pesquisa e estudo acerca da educação patrimonial — e isso se dá sobretudo durante o ensino superior proposto aos futuros professores. Por

isso, o modo como são preparados para abordar os espaços em suas visitas escolares é extremamente importante.

Sabe-se que os estágios supervisionados e obrigatórios no ambiente acadêmico são fundamentais para que o discente conheça um pouco mais da realidade a qual trabalhará, além de adquirir técnicas e entender o cotidiano do local. No caso dos estágios acadêmicos em museus, tais estágios são importantes sobretudo para que o aluno do curso de graduação em história aprenda que é necessário que haja um senso crítico ao lidar com o espaço, além de ser necessária uma metodologia específica — pois não se trabalhará ali do mesmo modo que em uma sala de aula.

No artigo “*O Museu no Ensino de História: buscando novas possibilidades.*”, de Patrícia Rodrigues da Silva, a autora ressalta que ainda no percurso de sua formação, o professor (enquanto ainda estudante) deve estar ciente que precisa apresentar o acervo mas, além disso, o criticar, refletir sobre o que está ali exposto e o que também não está — ou seja, sobre os agentes históricos que também não estão ali presentes. No caso do Forte do Castelo, em seu espaço de acervo, nota-se um claro eufemismo quanto à imagem colonizadora, não criticando de fato a colonização e seus inúmeros prejuízos (como a morte de incontáveis indígenas, apagamento de memória, catequização, aculturação e etc.) — e isso necessita ser ressaltado pelo professor que ali ministra a aula, e também pelo mediador.

Ademais, através do artigo de Patrícia Rodrigues da Silva, entende-se que o ambiente acadêmico, através de suas aulas e também de seus estágios supervisionados, possuem papel fundamental ao esclarecer para o discente, desde seu processo de formação, que é necessário o questionamento e criticidade, sobretudo nos ambientes museais.

O estágio curricular supervisionado deve ser, portanto, um momento e um espaço onde o aluno/professor possa vivenciar de forma efetiva e integral situações concretas de seu exercício profissional de tal modo que esta formação passe fundamentalmente pela reflexão e pela ação (SILVA, p. 351, 2010)

Desse modo, haverá a preparação de um fator fundamental nas visitas aos museus: o professor.

Ao lidar com um espaço museal, é fundamental que o professor esteja ciente da necessidade de visitar primeiramente sozinho o espaço que se pretende fazer a visitação, para que se conheça o acervo e também para que se façam as devidas associações com o

assunto ministrado em sala de aula, tornando o museu um espaço que contribua para o aprendizado discente.

Para que isso seja possível, é importante que o professor/educador visualize o museu como algo além de ser apenas a descrição de objetos ou como um espaço que será utilizado como se fosse uma sala de aula. É necessário que os espaços museais sejam visualizados pelos alunos como fonte de indagação, de valorização do patrimônio material e de como tais peças ali expostas fizeram parte da história social — e, nesse sentido, o papel do docente é fundamental. Além disso, a autora Circe Bittencourt, em seu livro *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, ressalta a questão de que os museus possuem alto potencial educativo se forem devidamente explorados, através do prévio conhecimento do docente sobre o museu visitado, da continuação da visita museal na sala de aula e também na adequação do conteúdo museal com o conteúdo escolar.

O MUSEU DE ARTE SACRA E O FORTE DO CASTELO

Para o estudo acerca da mediação em museus, os espaços escolhidos foram o Museu de Arte Sacra e o Forte do Castelo, localizados no Complexo Feliz Lusitânia, no bairro Cidade Velha.

Os espaços passaram por um projeto de reformas e mudanças na década de 1990 para abrigar o Complexo. Sendo um espaço amplamente visitado, faz-se necessário contar a história do espaço.

Em primeiro lugar, espaço onde atualmente se localiza o Forte do Castelo ou Forte do Presépio começou a ser construído em janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco e inicialmente eram apenas palhas e madeiras organizadas e feitas com a motivação de ocupar efetivamente e consolidar o domínio do território — domínio que estava sendo ameaçado por outros europeus.

O sentido da fundação de Belém em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco teve como objetivo principal consolidar o domínio do território amazônico pelos portugueses, o qual estava sendo ameaçado por outras nações europeias, além de garantir as potencialidades de exploração econômica apresentadas pela região. (SANTOS, p. 2, 2016).

Além disso, o Forte foi estrategicamente construído entre a Baía do Guajará e Rio Guamá para que se pudesse ter uma maior visão acerca de possíveis invasores. Sua primeira

construção, como já ressaltado, era bastante precária, passando por diversas modificações em sua estrutura.

Para consolidar a ocupação, foram também construídos espaços ao redor, como as Igrejas – sendo uma, a Igreja de Santo Alexandre.

Por volta de 1698 dava-se início a construção da atual igreja de Santo Alexandre, sendo construída em pedra, com sua inauguração em março de 1719, consagrada novamente a São Francisco Xavier, sendo posteriormente denominada de Santo Alexandre. (CAMPOS, COSTA e SILVA, p. 10, 2021).

O local passou por modificações em seu espaço, sendo, primeiramente, uma pequena igreja para os jesuítas e posteriormente abrigando um espaço maior, que continha inclusive uma oficina para a produção das peças sacras. Atualmente, o espaço abriga o Museu de Arte Sacra e, no acervo, é perceptível a presença de peças produzidas por indígenas e a maneira como o altar-mor e retábulos eram produzidos nas oficinas, por meio da técnica de encaixe.

Ambos os espaços que atualmente são museus passaram por intervenções para abrigar espaços museológicos a atualmente são pontos de visitação.

A ENTREVISTA COM OS MEDIADORES DOS MUSEUS DE ARTE SACRA E FORTE DO CASTELO

Os museus aqui citados são de extrema importância para a história do Pará, pois entende-se que representam a história colonial, e seus acervos são fundamentais para a compreensão de como os indígenas produziam as peças (que hoje compõem o Museu de Arte Sacra) a partir de sua visão. E, também, para a compreensão da vivência e cultura indígena através do Museu do Encontro, além de outros pontos fundamentais aqui anteriormente citados.

Entretanto, para que o público compreenda a importância de ambos os museus, é necessária a mediação de forma clara e detalhada — sobretudo para o público escolar, tendo em vista a importância do discente, ainda criança ou adolescente, compreender que os espaços museais são fundamentais para entender a história paraense e também a contribuição destes para a memória do Estado.

Para entender acerca da mediação, compreender o ponto de vista dos mediadores do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM) (do Governo do Estado do Pará) acerca dos respectivos museus em que a realizam e também a maneira que fazem a mediação para os públicos escolares, foi realizada uma curta entrevista, contendo as seguintes perguntas: “Como e através de que você sente a história colonial presente no museu o qual realiza a mediação?”, “Como você realiza a mediação e o que é ressaltado na mediação para os grupos escolares?”, “Você pensa em outras possibilidades de aproveitamento da história do espaço, ou algo que poderia ser mais explorado?”, e, por último, “Como foi (ou é) realizada a capacitação para realizar a mediação?”. Antes do relato dos entrevistados nesta pesquisa, é válido ressaltar que as entrevistas foram permitidas e agendadas por meio de autorização do setor educativo do SIMM (através de Memorando), e que, além disso, os nomes aqui utilizados para os entrevistados são nomes fictícios, sem nenhuma ligação com seus nomes reais.

A partir disso, em primeiro lugar, a entrevista (com as perguntas acima citadas) foi primeiramente realizada no Museu de Arte Sacra, com os dois mediadores do espaço: João e Gabriela — sendo João estagiário do espaço pelo setor educativo, e Gabriela, contratada pelo mesmo setor. Inicialmente, a pergunta feita foi “Como e através de quais peças do acervo vocês sentem a história colonial presente no espaço?”; João iniciou a resposta relatando que a história colonial é presente no Museu de Arte Sacra em “tudo” (palavras do mediador): através da arquitetura e do estilo artístico do espaço. Para elucidar sua resposta, João relata que os jesuítas chegam em Belém no primeiro século da demarcação europeia na cidade (mais especificamente em 1652) e prontamente utilizam a mão de obra indígena para construir o espaço e as peças que hoje compõem o acervo do museu — além de sobretudo catequizá-los e, através da catequização, influenciá-los diretamente em seu modo de vida e cotidiano. Já a outra entrevistada Gabriela, menciona que a história colonial é presente porque as peças e a construção da Igreja foram realizadas por indígenas mas com ideias advindas de europeus — demonstrando que a colonização foi realizada pela exploração física de mão de obra, mas também psicológica.

A segunda pergunta para os entrevistados no Museu de Arte Sacra foi “Como você realiza a mediação e o que é ressaltado na mediação para os grupos escolares?”. Para a resposta dessa pergunta, João ressaltava que a mediação tem a necessidade de ser adaptativa e inclusiva, além de sensível — e, para que a mediação ocorra dessa maneira, João conta que precisa ser sucinto, direto e se adaptar ao/s visitante/s (independentemente de sua idade e grau de instrução), para que boas memórias acerca do espaço sejam criadas aos que ali visitam. Um importante ponto citado por João é o fato da necessidade de haver uma educação patrimonial na qual o visitante e morador do Estado sintam que o espaço também é seu — e não que é algo diferente e distante de sua realidade. Já Gabriela ressaltava principalmente a mediação para os grupos escolares, abordando que uma das principais questões é a linguagem acessível e não inteiramente coloquial para crianças e adolescentes, adaptando, ensinando termos e também fazendo comparações com o cotidiano do grupo que ali está visitando, para que os estudantes possam compreender o período histórico adaptando-o a sua realidade de maneira subjetiva, pois:

Para superar essas metodologias é preciso entender que o saber escolar não é um conjunto de informações e conhecimentos a serem absorvidos pelo estudante. É necessário incluir o saber prévio do aluno, bem como reconhecê-lo como protagonista do processo de ensino/aprendizagem e a bagagem cultural que ele traz para a escola. (SILVA e PACHECO, p. 4, 2021)

A terceira pergunta feita para os mediadores João e Gabriela foi: “Você pensa em outras possibilidades de aproveitamento da história do espaço, ou algo que poderia ser mais explorado?”. João inicialmente ressaltava que há a necessidade de um material didático que seja produzido para o setor de mediação e também de um diálogo com o público, para que este seja ciente da existência dos museus e de sua importância para a cultura, memória e aprendizado. Quanto a Gabriela, a mediadora relata que é fundamental a descrição da história do Museu de Arte Sacra através de textos expositivos para o público — pois, devido à pequena quantidade de mediadores e um grande fluxo público, é dificultado o atendimento para todos que ali adentram; por conta disso, há o risco de uma visita do público que pode não ter a ciência da história e complexidade do espaço.

Já a última pergunta se centrou na capacitação dos mediadores, sendo esta: “Como foi (ou é) realizada a capacitação para realizar a mediação?”, João ressaltava que, por se tratar de uma mediação da história do espaço para o público e para os grupos escolares, é fundamental que haja uma capacitação e um material adequado e organizado (para que a mediação seja feita da melhor forma possível), porém que inicialmente não havia;

atualmente, há uma capacitação para os guias mediativos para que haja “um norte” (palavras do entrevistado) para os atuais mediadores e também para os que serão e estão contratados. Porém, essa capacitação deve ser adaptativa e de acordo com o ambiente que o mediador atua e com sua subjetividade (e não feita de modo geral e nada específico).

Além disso, João ressalta que os materiais didáticos necessitam ser construídos e atualizados juntamente com os mediadores — pois estes estão em contato direto com o público e sabem suas principais demandas. Gabriela ressalta na sua resposta: não houve treinamento e capacitação para os mediadores; como já citado, está acontecendo atualmente a capacitação para guias mediativos. Porém, esta capacitação não foi de grande utilidade para a mediadora, pois não abarca o espaço que a mediadora atua. Ademais, o material disponível para os mediadores não é organizado, sendo este divergente em questões como datas históricas, o que resulta em mediações que podem diferenciar, devido a desorganização.

Após a entrevista com os mediadores do Museu de Arte Sacra, se seguiu para o Forte do Castelo. Chegando ao local, havia apenas uma mediadora pois, de acordo com a mesma, o estagiário do local já havia acabado o seu expediente, cujo nome fictício será Ana.

Ana inicialmente foi indagada com a seguinte pergunta: “Como e através de que você sente a história colonial presente no museu que você realiza a mediação?”. Ana responde que a história colonial é fortemente presente no espaço, pelo fato de o Forte do Castelo ser o ponto de origem da cidade de Belém, marcando a chegada portuguesa ao local em que atualmente se encontra o Forte.

A segunda pergunta da entrevista foi “Como você realiza a mediação e o que é ressaltado na mediação para os grupos escolares?”, Ana relata que depende da faixa etária, pois diferentes termos são utilizados de acordo com a idade e série escolar. Com grupos de ensino superior, a mediadora afirma ter um discurso decolonial, realizando e tecendo críticas, sem a “suavização de termos” (palavras da mediadora), já com grupos escolares do ensino básico, de acordo com a mediadora, tal suavização é necessária, além da explicação do espaço de forma mais clara de termos e detalhes. Ou seja, a mediação é adaptativa, de acordo com a idade e grau de instrução do público escolar visitante.

Posteriormente, o questionamento foi “Você pensa em outras possibilidades de aproveitamento da história do espaço, ou algo que poderia ser mais explorado?”. Ana

ressalta que poderia haver uma atualização dos dados do espaço — devido ao espaço ter a mesma exposição desde sua inauguração, em 2003 — e, por conta disso, a responsabilidade de relatar a atualização dos dados fica a cargo dos mediadores do espaço. Como exemplo, Ana aborda que, atualmente, a sala que abriga o acervo do espaço não é mais denominada “Museu do Encontro”, e sim “Sala Guaimiaba”; a sala atualmente ainda está com o nome “Museu do Encontro” escrito em sua porta, cabendo à mediadora falar ao visitante o porquê da mudança de nome, quem é e a importância do indígena Guaimiaba para a história indígena; entretanto, apenas uma mediadora não possui a capacidade de atender todos os visitantes, sendo estes em grande número e fluxo. A mediadora ressalta também que os painéis com textos expositivos do museu possuem termos e frases que vangloriam a imagem do colonizador, sendo necessária a crítica aos textos expositivos e o discurso decolonial.

A última pergunta feita foi “Como foi (ou é) realizada a capacitação para realizar a mediação?”. Ana responde que foi instruída e capacitada pela mediadora que já estava no espaço no período em que foi contratada; além de possuir acesso aos materiais educativos no setor educativo do Sistema Integrado de Museus e Memoriais.

Após as entrevistas com os mediadores do espaço, foi realizada também uma entrevista com duas servidoras públicas (sendo uma do Museu de Arte Sacra e outra do Forte do Castelo) que anteriormente atuavam em ambos os museus na área da mediação, sendo uma contratada no ano de 2003, e a outra mediadora contratada no ano de 2007. Por terem atuado por muitos anos na área, considerou-se fundamental a contribuição de ambas para a pesquisa; seus nomes fictícios serão Bianca (mediadora do Museu de Arte Sacra) e Alice (mediadora no Forte do Castelo).

Ao serem questionadas sobre “Como e através de que você sente a história colonial presente nos museus os quais realizavam a mediação?”. Bianca, primeiramente, responde que no Museu de Arte Sacra há a percepção da história colonial desde a entrada, porque tudo que está ali foi deixado pelos jesuítas (e as intervenções feitas posteriormente no espaço também ocorreram em época colonial) e sua colonização — perceptível através da catequização e educação. Já Alice responde que no Forte do Castelo há a mesma percepção e que, além disso, a mediação (tanto para grupos escolares quanto para o público flutuante) já se inicia na área externa contando que o Forte é a origem da fundação de Belém. Além da área externa, no Museu do Encontro (atualmente denominado “Sala

Guaimiaba”) há um acervo militarizado mas também colonial — pois neste período histórico, a vida militar era altamente associada à vida civil, assim como também à vida religiosa (sendo o militarismo e a religiosidade bases sociais).

A segunda pergunta feita foi “Como você realiza a mediação e o que é ressaltado na mediação para os grupos escolares?” e, primeiramente, Alice ressaltava que é feita inicialmente a pergunta acerca do foco/demanda da escola que ali está visitando. Bianca concorda e diz que, em seu período de mediadora, questionava também qual a religião do visitante e também se os mesmos já visitaram alguma outra igreja — fazendo, a partir disso, um contraponto —, sendo esta pergunta fundamental para a compreensão do visitante por permitir fazer uma relação do presente da igreja católica e seus adornos com o acervo pretérito do Museu de Arte Sacra. Posteriormente, ao fazer uma comparação do fluxo de visitas escolares em ambos os espaços, Alice cita que há uma grande influência da religião ao visitar-se o Museu de Arte Sacra, pois há grupos escolares que optam por não abordar o lado católico. A mediadora cita, inclusive, que muitas vezes, ao perguntar aos professores se estes iriam visitar o Museu de Arte Sacra, os mesmos respondiam que “não, nós não somos católicos” (palavras da entrevistada). Com isso, percebe-se que ainda há o pensamento de que o MAS — espaço museológico — é uma igreja com forte influência religiosa, anulando a importância memorial e patrimonial deste.

A terceira pergunta feita foi “Você pensa em outras possibilidades de aproveitamento da história do espaço, ou algo que poderia ser mais explorado?”. Bianca prontamente responde que alguns textos expositivos do MAS poderiam ser revistos, além da acessibilidade para pessoas cadeirantes e outras pessoas que necessitam de medidas inclusivas — ao ressaltar isso, Alice concorda.

Por último, é questionado “Como foi (ou é) realizada a capacitação para realizar a mediação?”. Com relação a esta pergunta, a resposta de ambas difere, pois Bianca foi contratada pela Secretaria de Cultura em 2003, e Alice foi contratada em 2008 (havendo, aí, uma mudança de direção do Sistema Integrado de Museus e Memoriais). Sendo assim, Bianca entrou no início da inauguração dos espaços museais do complexo Feliz Lusitânia e, por conta disso, teve a oportunidade de ver escavações arqueológicas, oficinas, entre outros — sendo assim, uma formação e capacitação mais consistente. Já Alice ressaltava que não houve capacitação no período o qual foi contratada pela Secretaria de Cultura

(em 2007); além disso, abordou o pequeno número de mediadores — gerando, assim, um trabalho extremamente exaustivo devido ao grande fluxo de público escolar.

Por fim, para complementar os relatos aqui feitos através das entrevistas para os mediadores dos museus de Arte Sacra e Forte do Castelo, é válida também a minha experiência como estagiária do Sistema Integrado de Museus e Memoriais — onde realizei mediações nos museus de Arte Sacra, Forte do Castelo, Museu da Imagem e do Som e Museu do Círio.

Primeiramente, a história colonial presente nos museus aqui pesquisados é visível em todos os detalhes e em todos os períodos de suas histórias. No MAS, a história colonial é evidente em todo o acervo — como, por exemplo, nas uvas talhadas em madeira no altar—mor e nos retábulos na Igreja de Santo Alexandre, que representavam o vinho e a colonização jesuítica; entretanto, como já ressaltado, os indígenas talhavam os anjos de acordo com a visão que possuíam (sendo esta uma visão não europeia). Todos os detalhes da história colonial presentes na Igreja e no acervo eram por mim ressaltados para os grupos escolares, sendo estes adaptados de acordo com a faixa etária dos grupos.

Porém, o que deveria ser mais explorado seria uma maior quantidade de textos expositivos nos espaços e também na Igreja, pois o fluxo público é alto e nem sempre é possível acompanhar todos os visitantes que adentram; além, também, de uma capacitação de mediadores para que estes sejam preparados para explicar a história do espaço sem lacunas — sendo estas existentes devido à falta da capacitação, que é inexistente.

Ao iniciar o estágio na Secretaria de Cultura, obtive acesso aos materiais didáticos dos espaços (sendo estes artigos, livros, entre outros), o que muitos mediadores ainda hoje também obtém (ainda que não todos); entretanto, ainda assim deve haver maior capacitação do guia mediativo para que a mediação seja feita de maneira que abarque a história colonial e indígena dos espaços.

A partir das entrevistas, concluo então que, logo com a primeira pergunta, é notável que a história colonial é presente em ambos os museus através do acervo mas também do espaço externo (no caso do museu Forte do Castelo) e na Igreja (no caso do Museu de Arte Sacra), contendo traços colonizadores de construção. Nas mediações feitas para grupos escolares, a colonização é ressaltada mas também a agência indígena ali existente,

sendo esta manifestada em diversos traços e explicados para os alunos. Contudo, tais informações necessitam ser ressaltadas também em textos expositivos nos espaços museais, além de um maior investimento na área da acessibilidade para pessoas com deficiência — sendo estes pontos que devem ser mais explorados. Ademais, é necessária a devida capacitação para os guias mediativos, com materiais didáticos e oficinas adequadas, para que a história presente nos museus sejam melhor abordadas.

CONCLUSÃO

Durante diversas décadas, o ensino de história foi atrelado somente à sala de aula; entretanto, o cenário passou a ser modificado com a visita escolar aos espaços museais. Os museus de Belém do Pará possuem imensa importância histórica; no entanto, dois espaços foram aqui contemplados: o Museu de Arte Sacra e o Forte do Castelo. Fundados no século XVII, os espaços citados contam a história da fundação de Belém do Pará e também o processo de catequização indígena no contexto colonizador.

Com isso, tais espaços são essenciais para compreender-se a história amazônica indígena e também o início da colonização e suas consequências — sendo estes espaços não apenas para contar a história dos acervos dos museus, mas sim entender os elementos que estão e não estão ali presentes. Para alcançar tais objetivos e também a devida criticidade, é importante que o docente seja preparado para tal desde sua formação acadêmica — ou seja, também cabe à graduação em história este papel.

Posto isto, as entrevistas realizadas para a pesquisa foram fundamentais para a compreensão do funcionamento da mediação, com a intenção de contribuir para a melhoria da mediação dos espaços.

Assim, para que a criticidade seja feita e a história seja entendida, o espaço dos guias mediativos é igualmente importante e, por isso, é imprescindível compreender como os mediadores entendem a história colonial ali presente e como esta é apresentada ao público escolar, além de como a capacitação para tal é realizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José d'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico.

Revista TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 11, n. 1/2, p. 145-171, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo:

Cortez, 2005.

CAMPOS, R.; COSTA, I.; SILVA, L. Museus e Turismo: Motivações e percepções da experiência museal dos turistas/visitantes nos Museus do Forte do Presépio e de Arte

Sacra, Belém – PA. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.11, p. 107423-107444, 2021.

CARVALHO, Priscila; HECK, Egon; LOEBENS, Francisco. Amazônia indígena:

conquistas e desafios. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.

FREITAS, Grazielle Roberta; MACÊDO, Kátia Nêyla; ALMEIDA, Cristiana; ALVES E SOUZA, Ângela Maria. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online**

Brazilian Journal of Nursing. 2006. ISSN: 1676-4285. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453972028>. Acesso em: 21 nov. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Bens tombados. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.

Acesso em: 16 mar. 2025.

MELLO, Janaína; JESUS, Priscila Maria de. O Museu como memórias plurais e

resistência cultural no Ensino de História. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 69, p. 591-616, 2021.

NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.

PACHECO, R.; SILVA, G. O uso do museu no ensino escolar de História. **Revista**

Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v.7, n.1, p.1-19, 2021.

ROCHA, Leonardo Vinícios Kopke da. Ensinar história para além da sala de aula: Ações educativas no Museu Mineiro. **Tese** (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Emmanuel. História da Cidade de Belém: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial. São Luís: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, p. 1-11, 2016.

SCHAAN, Denise. A Amazônia em 1941. **Revista Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, vs. 11 e 12, ns. 20 e 21, p. 55-82, 2009.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. O Museu no Ensino De História: Buscando novas possibilidades. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, p. 349-358, jul./dez. 2010.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.